MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI:
CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL PARA
UMA TEORIA E AÇÃO DO ARQUITETO
NA PAISAGEM BRASILEIRA. UMA
APROXIMAÇÃO DE SEUS ESCRITOS

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI:
FUNDAMENTAL CONTRIBUTION FOR
ARCHITECT'S THEORY AND ACTION
ON BRAZILIAN LANDSCAPE. AN
APPROACH ON HER WRITTEN WORKS

Euler Sandeville Júnior

*Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: projetos@ambiente.arq.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Apresenta a produção escrita de Miranda Martinelli Magnoli, a partir de um levantamento ainda parcial de seus textos. Objetiva favorecer a compreensão da extensão e pioneirismo de sua contribuição teórica ao campo específico paisagem e ambiente e à atuação do arquiteto e urbanista na paisagem brasileira. Aborda sua contribuição fundadora de um programa conseqüente de ensino e pesquisa, enraizado em uma discussão da cultura contemporânea e da base ética, sensível e técnica para o projeto e planejamento do espaço, conforme está registrado em seus trabalhos.

Palavras-chave: Ensino e pesquisa, arquitetura da paisagem, paisagismo, arquitetura e urbanismo, Miranda Martinelli Magnoli.

ABSTRACT

It is an approach to Miranda Martinelli Magnoli written work, based on a preliminary survey of her work. It is expected to offer a comprehension of the extension and avant-garde of her theoretical contribution to the segment of environment and landscape and to the performance of architects and urban planner on the brazilian landscape, as well as her founding contribution to sequential program of teaching and research rooted in discussions of contemporary culture, ethical, sensitive and technical issues for project and planning of spaces, according to what is written on her works.

Key words: Teaching and research, landscape architecture, landscape design, architecture and urban planning, Miranda Martinelli Magnoli.

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI: CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UMA TEORIA E AÇÃO DO ARQUITETO NA PAISAGEM BRASILEIRA. UMA APROXIMAÇÃO DE SEUS ESCRITOS

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI: FUNDAMENTAL CONTRIBUTION FOR ARCHITECT'S THEORY AND ACTION ON BRAZILIAN LANDSCAPE. AN APPROACH ON HER WRITTEN WORKS

Apresentação: Um Todo a Partir de Três Fragmentos

fragmento 1:

"Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas? apoiadas corretamente em teorias próprias para tais objetos? qual o nível e grau de contribuição que várias áreas do conhecimento podem nos subsidiar? quais os métodos que podemos perceber como encaminhamentos essenciais? quais os procedimentos cuja viabilidade parece pelo menos promissora? e, a par de indagações, cujo rol se pode facilmente alongar, fica patente que é cada vez maior o volume de pessoas que, das mais variadas formações, se inquieta à procura de novas formas de especulação, novas explicações, e, em nosso caso muito especialmente novas formas de ensino e pesquisa." MAGNOLI (1986) 1994a, p.16

fragmento 2:

"O meu conceito de arquitetura está na união e colaboração das artes, de modo que cada coisa esteja subordinada às outras e com essas em plena harmonia e, quando uso essa palavra, esse será o significado, não um mais restrito. É uma concepção ampla, porque abraça o inteiro ambiente da vida humana: não podemos nos subtrair da arquitetura enquanto somos parte da civilização, pois que representa o conjunto de modificações sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas. Nem podemos confiar nossos interesses a uma elite de homens preparados, pedindo a eles que investiguem, descubram e criem o ambiente destinado a nos hospedar, para depois nos admirarmos perante a obra pronta, apreendendo-a como coisa acabada. Isso cabe a nós mesmos; a cada um de nós cabe empenhar-se no controle e na proteção da orientação justa da paisagem terrestre, cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar que deixemos a nossos filhos um tesouro menor do que aquele que nos foi deixado por nossos pais" (MORRIS, Willian, conferência no London Institution, 1881¹).

fragmento 3:

“Conceito de paisagem urbana e organização de um quadro de referência para compreender a paisagem urbana e com ela operar, lidando com a interação entre o sítio físico e as ações da sociedade, foi tarefa inicial a que nos dedicamos. O sítio partiu da análise das bases naturais, geologia e clima com todos os significados; as ações consideravam os grandes organismos da estrutura metropolitana e toda a organização do fato arquitetônico-urbanístico. Permitiria compor operativamente a paisagem em sua representação e articular os componentes; a compreensão da paisagem e a atuação sobre os espaços livres de edificação passavam a ser os aspectos-chave do ensino. Aprofundar e ampliar o todo e as partes em seus aspectos de interação foi sendo um processo de aperfeiçoamento contínuo. Fazia parte do processo o grau de controle da comunidade sobre a condução dos processos econômicos e políticos envolvidos nas decisões em diferentes etapas.” MAGNOLI, 2004, p. 4.

Para a apresentação da produção escrita de Miranda Martinelli Magnoli², utilizarei, inicialmente, três extratos, os quais acredito permitirem introduzir uma compreensão dos fundamentos do programa de trabalho a que se propôs. Escrever sobre sua produção textual é uma oportunidade especial, pela possibilidade de percorrê-la como um conjunto. Mas também é especial por sua proximidade e influência em minha carreira (como na dos colegas reunidos nesta publicação), da amiga, professora, orientadora, referência fundamental no meio acadêmico, na área de paisagem e ambiente. Área cuja existência no ambiente acadêmico se deve à sua contribuição tenaz e pioneira.

Contribuição a qual, é necessário reconhecer, transcende a área específica, na medida em que se dedicou a pensar, questionar, especular o papel social do arquiteto³ e uma atuação contemporânea e conseqüente desse profissional, consolidação ainda por se fazer. Mais do que a uma área — Paisagem e Ambiente —, sua contribuição deve ser aquilatada pelo desafio constante que lança ao arquiteto para uma participação relevante na transformação do *meio ambiente humano* (expressão recorrente em seus escritos na década de 1980). Isso implica repensar a forma como esse profissional tem se colocado no mercado, a partir da produção de objetos em escritórios. Não é apenas no “paisagismo”, o que já não seria pouco, mas na construção do hábitat humano, desse meio ambiente, a questão que, como arquiteto e urbanista, ela pretende ver avançar.

Pareceria óbvio supor que toda arquitetura, seja do edifício, seja da cidade, daria-se em uma inserção e transformação da paisagem. Por essa razão, opôs, em vários momentos de seu trabalho, a definição proposta por William Morris em 1881⁴ (reproduzido no fragmento 2 no início do artigo) ao modo como o movimento moderno lidou, com dificuldade, com o espaço urbano, e muitas vezes de modo reducionista. A questão colocada é: a construção desse ambiente humano deve perseguir algo mais do “*jogo dos volumes sob a luz*”⁵ e as funções da Carta de Atenas. É necessário dar conta de uma complexidade antevista por Morris no trecho citado no início do artigo: a arquitetura se referindo ao inteiro ambiente da vida humana, e a paisagem como uma herança na qual desenhamos nossas vidas e responsabilidades.

Esse entendimento da arquitetura coloca a paisagem em pauta, não apenas como ambiência ou fundo, e não apenas como entorno transformado por uma arquitetura de edifício. O modo como Miranda entendeu a paisagem ultrapassou os limites e limitações da pura visualidade e da relação *gestáltica* figura-fundo, a qual reforça a paisagem como cenário⁶. Essa cenarização da idéia de paisagem dificulta o avanço nessa discussão. Ao contrário, sua reflexão estabeleceu bases conceituais e empíricas para a superação desse reducionismo. A partir desse conceito da arquitetura como o projeto do “ambiente humano”, procura pensar o que seja paisagem e ambiente, sobre os quais o arquiteto reconhecidamente atua, e deve estar capacitado a atuar. A natureza e compreensão do contexto no qual se insere o objeto projetado — arquitetura e urbanismo — viria a estabelecer a necessidade de enfoques e interfaces inovadores para a

atuação do arquiteto, tal como no terceiro fragmento que abriu este artigo, no qual Miranda demandava a constituição de um quadro de referência que articulasse diversos aspectos do ensino e pesquisa.

“Quadro de referência para compreender e operar...”. Nesse sentido, há de reconhecer-se que sua contribuição é fundamentalmente teórica⁷, embora uma teoria⁸ e inteligência comprometida com a ação concreta e com a especificidade dessa ação na sociedade dentro de um campo profissional. Em sua formulação, esse quadro deveria ser capaz de articular as bases naturais e ações sociais, a partir da problemática dos espaços livres, colocando a questão metodológica da interdependência de escalas em um processo contínuo de interações. A esse quadro de referência⁹ se fez corresponder uma área de referência para essas especulações: a região paulistana, criando interfaces entre investigações de detalhe e totalizações territoriais diversas¹⁰.

Podemos resumir o que foi apresentado até o momento, com as três citações iniciais a textos de Miranda. Sintetizam, a meu ver, um imenso e complexo programa de trabalho:

1. da *primeira* citação (MAGNOLI, 1994a, p. 16) tiramos uma inquietação permanente com as certezas que ancoram o processo de conhecimento;
2. da *segunda* (MAGNOLI, 1987a, p. 01, de W. Morris¹¹) tiramos a natureza do objeto a ser investigado: coletivo, de uma duração que nos transcende ao mesmo tempo em que nos apresenta uma base concreta para a vida,
3. da *terceira* (MAGNOLI, 2004, p. 4) o método: a necessidade de uma teoria comprometida com a ação, articulando campos de saber e escalas de abordagem.

Foi assim que, ávido de aprender e confrontar minhas inquietações perante a paisagem, a sensibilidade, a arte, a arquitetura, conheci-a em uma disciplina do programa de pós-graduação que oferecia com o professor Milton Santos em 1986. Sua contribuição, procurando escalas territoriais nacionais e processos em escala global, servia de parâmetro para a conceituação das pesquisas em curso. Não me deixou margem a dúvidas: estava ali um caminho suficientemente inclusivo das questões humanas, do entendimento do ambiente, e de discussão da cultura, que abria campos ao invés de fechá-los, desafiando ao invés de anular. As pesquisas tratavam do espaço público, da paisagem, do lugar, do regional, portanto, de vários recortes dotados de sentido, tanto como unidades quanto como conjunto. Em uma época em que esse esforço coletivo de pesquisa não se colocava como fundamental, nem com tanta clareza como hoje, ela havia constituído um grupo de pesquisa o qual permitia investigar e testar essas hipóteses, de modo que os fragmentos eram coerentes no quadro de uma indagação maior que a afligia.

Quadro cuja perspectiva jamais seria de resposta (*“Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas?...”*), condenado a permanecer aberto em um contínuo refazer para permanecer coerente. Hoje, transcende-a por meio daqueles que ajudou a formar¹² e os quais encontram possibilidades de aprofundamento exatamente na redefinição contínua e diversa desse quadro inicial. Os fundamentos desse processo, suas razões, sua finalidade social e os produtos de pesquisas que expressam sob sua orientação essas buscas, estão registrados em seus escritos.

Produção Escrita

Os escritos de Miranda se oferecem de um modo disperso e nada sistemático, originados frequentemente da necessidade de apresentar a área específica, sua fundamentação, as pesquisas realizadas, como nos números iniciais da revista *Paisagem e Ambiente* e nos *Enepeas*¹³. De fato, diversamente de outros intelectuais, sua contribuição fundamental não se dá a partir de suas publicações e trabalhos escritos. Jamais se ocupou de ordenar suas questões em um livro ou uma coletânea própria. Os esforços por institucionalizar e consolidar uma área pioneira e sob contextos muitas vezes adversos, a partir de um pensamento ancorado na pesquisa e formação

de pesquisadores que multiplicassem essas bases de investigação e formação, absorveram sua produção como uma contribuição muito mais direta, pessoal. Traduz-se na orientação de seus alunos de graduação e de pós-graduação, formação de professores e pesquisadores, estabelecendo um trabalho coletivo ao qual cabe, a partir de sua formulação da problemática a ser enfrentada (expressa em Magnoli, 1994a, 1987a, 1994c, entre outros), a responsabilidade de aprofundar e estabelecer um corpo de conhecimentos. Corpo ainda em potência, diante de uma enorme dívida social.

Nesse sentido, a contribuição de Miranda Magnoli não pode ser aquilatada apenas pelos padrões de uma **produtividade** acadêmica tal como se instituiu hoje, aferida a partir do empréstimo a um campo totalmente diverso: o quantitativo da produção de objetos. Em nosso caso, essa transposição dos padrões da produção e prestação de serviços para o ambiente acadêmico, consolidado em *papers* e captação de verbas de pesquisa, pode estar mostrando o caráter absolutamente espetacular e subordinado com que se reveste o meio acadêmico contemporâneo. Mas deveria ser diverso, sim, não por ser puro ou autônomo da sociedade em que existe¹⁴, mas porque, se no ambiente acadêmico demandamos uma base material (cada vez mais precária, aquela à qual temos acesso) e podemos produzir também objetos, a nossa razão não é a transformação da matéria, mas a formação de pessoas que deveriam ser capazes de contribuir às necessidades de outras, seja como indivíduos, seja como sociedade.

A contribuição de Miranda Martinelli é pessoal, dá-se no reconhecimento, incentivo, questionamento constante e muitas vezes tenso e extenuante de seus alunos e interlocutores, sob um compromisso ético. Contribuição que expressa generosidade, abrindo espaços, e expressa urgência discernindo prioridades e relevâncias, por meio de uma inquietação para a superação das condições dadas. É disso que se trata quando lemos em muitos de seus trabalhos a relação de pesquisas em desenvolvimento ou concluídas. Devemos observar que muitos de seus textos apresentam com enorme clareza e insistência em conjunto de temas os quais estabelecem tanto bases conceituais de investigação quanto vão estabelecendo uma relação entre prioridades de pesquisa e escalas de entendimento, decorrentes de uma compreensão e indagação teórica da natureza e das dinâmicas do espaço.

É possível observar uma evolução temática e conceitual nesse conjunto de trabalhos, para os quais definimos uma ordenação cronológico-temática. A relação aqui reunida não pretende ser completa, mas um primeiro indício para uma pesquisa mais acurada.

1956-1965

1956 – Conjunto residencial Três Marias, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 30, p. 62-4, maio 1956.

1957 – Residência em Boaçava, construção de Dante A. O. Martinelli, eng. *Acrópole*, n. 229, p. 20-1, nov. 1957. Descreve sucintamente intenções de projeto.

1959 – Residência no Morumbi, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli e Rosa G. Kliass. *Habitat*, n. 54, p. 23-7, maio/jun. 1959.

1961 – Praça Pública em Presidente Venceslau¹⁵. *Habitat*, n. 65, p. 3, 1961.

1962 – Internacional Golf Club. Paisagismo: Miranda Martinelli Magnoli, Arquitetura: Abelardo de Souza. Descreve sucintamente intenções de projeto.

1963a – Clube da Cidade de São Paulo: construção de Severo Villares S.A. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 73, p. 13-7, set. 1963.

1963b – Residência no Alto de Pinheiros, paisagismo de Rosa G. Kliass e Miranda Martinelli Magnoli. *Acrópole*, n. 294, p. 184-6, maio 1963.

1964a – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 76, p. 57-64, mar./abr. 1964.

1964b – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 77, p. 47-54, maio/jun. 1964.

1964c – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 78, p. 46-90, jul./ago. 1964.

1964d – Clube de campo em Piracicaba, SP. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 75, p. 19-20, dez. 1964.

1964e – Internacional Golf Club, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 70, p. 20-4, dez. 1964.

1964f – Jardim residencial em São Paulo. *Habitat*, n. 80, p. 44-50, nov./dez. 1964.

1964g – Lynce Estância Clube, Atibaia. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 76, p. 18-23, mar./abr. 1964.

1964h – Nova decoração para o Hotel da Bahia. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 80, p. 28-33, nov./dez. 1964.

1965a – Aproveitamento da Foz de Chopin, São Paulo. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 81, p. 15-20, jan./fev. 1965.

1965b – Arquitetura de exterior de grandes áreas. *Habitat*, n. 81, p. 33-6, jan./fev. 1965.

As primeiras publicações que relacionamos, entre 1956 e 1965, estão muito próximas da forma própria de pensar e de apresentar de Roberto Coelho Cardozo e de sua divulgação em revistas especializadas, condicionadas, na verdade, pelas limitadas possibilidades desse mercado editorial. Há um conjunto de projetos publicados por Miranda nessas revistas, muito próximos dessa produção de Cardozo. Refletem também um momento de organização e afirmação otimista da categoria na década de 1950, estabelecendo veículos próprios, inseridos em debates culturais mais amplos dos quais participavam os arquitetos, ao mesmo tempo em que respondiam a uma necessidade de mercado de dar visibilidade à arquitetura produzida. Trata-se de um modelo editorial que pode ser rastreado ainda hoje, embora com significação totalmente diversa. Permite entrever também um início da atividade profissional de Miranda sob influência de Roberto Cardozo¹⁶.

Mesmo assim, talvez ainda não se colocasse no primeiro momento para Miranda, a necessidade de estabelecer-se uma reflexão mais abrangente sobre a produção dos projetos, o que viria a ser estimulado pelo amadurecimento de sua inserção nesse mercado e pelos rebatimentos dessa experiência na formação de outros, por intermédio do ensino de graduação, da pesquisa e depois do ensino de pós-graduação. Uma hipótese nossa.

Os textos em geral não são assinados, correspondendo ao modelo editorial das revistas, mas podem expressar seu consentimento. Muitos textos são de trabalhos em co-autoria com Rosa Kliass, com quem trabalhou ao se formarem (1955), e muitos com o arquiteto Abelardo de Souza. Nessa fase, podemos chamar inicial de sua atuação profissional, com muitos projetos realizados, já havia ganho premiações e era assistente da cadeira de Composição de Arquitetura da FAU (segundo MAGNOLI, 1964, 76, p. 57). A grande maioria dos textos dessas publicações, cuja autoria pode ser do editorial com base em informações apresentadas pelos autores dos projetos, apenas descreve sucintamente intenções do partido. Não são textos de apresentação de idéias¹⁷, e o que está em foco são os projetos. Nesse sentido, fornecem um material documental para estudo das formas de representação e de conceitos espaciais nos projetos em publicações, bem como para o papel do paisagismo naquele momento. A paisagem, entretanto, não comparece como objeto nos trabalhos aqui relacionados.

Nessa linha de trabalhos, identificamos apenas um artigo mais recente, publicado na revista *Obra*, n. 94, o que nos permitiu concentrar como período foco 1954-1965. O artigo da *Obra* é assinado por Miranda, marcando, portanto, sua autoria e intencionalidade no texto. Ainda ao contrário dos anteriores, não apresenta o projeto, apenas traz um texto com um arrazoado sobre o projeto referido. Pela afinidade do tratamento, incluímos nesta série seu artigo sobre

Arquitetura de Exterior de Grandes Áreas (MAGNOLI, 1965), no qual demanda a necessidade de planejamento no país e foca o planejamento de rodovias, no qual nos parece que a paisagem ainda comparece fundamentalmente como visualidade.

1969-1970

1969a — Áreas Verdes de Recreação. Rosa G. Kliass e Miranda Martinelli Magnoli. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1969.

1969b — KLIASS, Rosa Grená e MAGNOLI, Miranda Martinelli. Áreas verdes de recreação. São Paulo, *Acrópole*, n. 361, p. 34-8, maio 1969.

1970 — GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado — PMDI, versão final*. São Paulo, GEGRAN, 1970.

Uma inflexão parece ocorrer em seus trabalhos na mudança da década de 1960 para 1970, com uma notável aproximação das questões de planejamento, favorecendo uma atitude mais crítica e reflexiva e gradualmente mais comprometida com a paisagem do que com o projeto na escala do lote. A aproximação das perspectivas de planejamento — na mudança da década de 1960 para 1970 em nossa interpretação (iniciadas com sua participação em SAGMACS, 1957) — abria-lhe uma necessidade maior de conceituação da ação do arquiteto no espaço. Nesse momento, em contraposição parcial ao fechamento político representado pelo regime militar, enorme expectativa era colocada sobre a possibilidade de planejamento, em especial em São Paulo (PUB, 1968, PMDI; 1970). Embora essas expectativas não tenham se verificado, por muitas razões, seguramente contribuíram para colocar uma demanda ao arquiteto de outras escalas de enfrentamento do espaço e de outras interfaces disciplinares e institucionais. Não são muitos os textos a expressarem essa sua inserção profissional no planejamento, mas apresentam um comprometimento muito maior na defesa de idéias e posições, em relação ao que ocorre nos relacionados no item anterior. Conseguimos identificar Kliass e Magnoli 1969a, 1969b (estes referentes a trabalho elaborado em 1968), e o PMDI e, na década atual, no trabalho desenvolvido para a Operação Urbana Águas Espraiadas e no Plano da Subprefeitura da Lapa, os quais não pudemos agregar a este artigo¹⁸.

É de enorme importância o trabalho de planejamento de áreas verdes de recreação (KLIASS e MAGNOLI 1969a, 1969b), desenvolvido com Rosa Kliass para a prefeitura municipal de São Paulo. Ainda que uma série de proposições metodológicas possa hoje ser questionada, e a variável ambiental, incluindo a dimensão de ecologia urbana, não fosse possível de pensar-se naquele momento e contexto, algumas contribuições desse trabalho precisam ser destacadas. Primeiro, em consonância com o pensamento da época, a ação no espaço fundada em um método de análise e diagnóstico, do qual decorria a racionalidade proposta. Em que pesem objeções que são possíveis, decorridas algumas décadas da elaboração do trabalho, a metodologia adotada revelava enorme atenção à problemática dos espaços livres no âmbito municipal, e viabilizava com consistência, dentro daqueles parâmetros, o enfrentamento efetivo da questão. Baseado em um pensamento de hierarquização funcional, dava-se, entretanto, atenção à escala do local, possibilitada pelos estudos de campo. Todos os elementos que constituiriam o referido sistema eram desenvolvidos em diretrizes gerais que apontavam, no conjunto do trabalho (a meu entender), para ações subseqüentes de gestão e projeto. Sua maior contribuição, entretanto, está em ter sido um dos únicos, senão o único, plano elaborado para um enfrentamento conseqüente pelo poder público do espaço livre urbano.

Sua participação no PMDI, com o artista plástico e paisagista Waldemar Cordeiro, possibilitou a introdução pioneira no planejamento paulistano das questões de paisagem, embora com pouco rebatimento efetivo nas diretrizes do plano. O texto Aspectos paisagísticos que integra o plano (páginas 105 a 116, e não vem assinado) oferece uma rica e competente análise do sítio

e da urbanização, que para os autores “*expressa um ideário cultural partilhado pela população*” (p. 107). Propõe-se o conceito de ambiente como “*o que melhor se ajusta a uma apreciação integrada dos aspectos de paisagem natural e paisagem artificial, sendo esta última caracterizada não apenas por suas componentes plásticas ou visuais*” (p. 107). Essa citação permite ver o grau de compreensão da paisagem que já se buscava, considerando-a na integração da natureza com o trabalho e, portanto, cultura, mais do que visualidade ou forma. Esse trecho é bastante aderente tanto a idéias que depois encontramos em textos de Miranda (Integração do suporte com a sociedade; Magnoli, 1982) quanto de Cordeiro (a paisagem como informação e, portanto, cultura; particularmente, em artigos de Cordeiro de 1964, 1965 e 1970¹⁹). O texto de análise da paisagem metropolitana dava ainda grande atenção às escalas e centralidades. A análise ali apresentada ainda hoje traz questões conceituais e práticas sobre o ambiente e a paisagem metropolitana, escala então difícil de ser pensada, e que, agregada ao trabalho anteriormente mencionado sobre as áreas de lazer e recreação, indicaria um rico programa de investigação e ação a ser formulado, como de fato ocorreu, em sua atuação acadêmica a partir da década de 1970.

Seria interessante incluir nesse percurso o plano desenvolvido sob principal responsabilidade de Miranda para a subprefeitura da Lapa (2004). Não nos foi possível, entretanto, uma análise desses documentos para a elaboração deste artigo. Tendo acompanhado em parte esse processo, posso asseverar que questões então embrionárias no final da década de 1960, submetidas a um amplo projeto de investigação a partir da década de 1970, estariam possibilitando no Plano da Lapa a visão de síntese da paisagem e sua integração em processos de planejamento, o que na década de 1970 ainda era impossível de obter-se. A oportunidade, entretanto, de pensar integralmente a partir de um amadurecimento metodológico os aspectos envolvidos no processo de planejamento espacial, ainda hoje não é garantia de sua implementação.

1972-1987; 1981-2004

teses e memoriais

1972 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Contribuição ao estudo dos espaços de uso público nos grandes aglomerados urbanos. São Paulo, Tese de doutoramento, FAUUSP, 1972.

1982 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo, Tese de livre-docência, FAUUSP, 1982.

1985 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Memorial. Concurso à função de professor adjunto. São Paulo: FAUUSP, 1985.

1987b – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Memorial de titulação. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.

artigos

1981 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e Pesquisa*, FAUUSP, 1981.

1986a – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho Urbano. In: *Desenho Urbano. Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: UNB, 1986, p. 111-120.

1986b – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*. São Paulo, FAUUSP, 1986.

1987a – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaço, paisagem. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. São Paulo: São Paulo: FAUUSP – GDPA, 1987 (1994, 2. ed.).

1987c – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Recursos Humanos e Meio Ambiente. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. São Paulo: FAUUSP – GDPA, 1987 (1994, 2. ed.)

1987d – MAGNOLI, Miranda Martinelli. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.

1988 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Formação de recursos humanos e meio ambiente. *Sinopses*, n. 11, São Paulo: FAUUSP, 1988, p. 71-76. Trata-se do mesmo artigo publicado em 1987 na *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios II*.

1990 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Relato Grupo I. Interdisciplinaridade na pesquisa em arquitetura e urbanismo. *Anais do Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: FAUUSP, 1990, p. 233-243.

1995 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. *Anais do II Enepea – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 1995. São Paulo: Universidade São Marcos, 1996, p. 13-18.

1996 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Formação de quadros para o ensino e pesquisa. São Carlos. *Caderno de resumos do III ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, São Carlos, 25 a 28 de outubro de 1996.

1997 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O renascimento de uma paisagem. *Obra, Planejamento e Construção*, São Paulo, ano 9, n. 94, p. 12, 1997.

2000 – MAGNOLI, Miranda Martinelli; MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo: Ensino e pesquisa em pós-graduação. *Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, dez. 2000.

2004 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Pesquisas em paisagem e ambiente. Belo Horizonte – MG, *Anais do VII Enepea – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 9 a 12 de junho de 2004.

Correspondendo a esse movimento que apontamos na passagem da década de 1960/70 na atuação de Miranda (a partir de seus textos, pelo menos), parece haver também em torno a 1972-1974 uma outra dimensão de amadurecimento de suas preocupações, percepções e vínculos, que prepararia a maior parte da contribuição pela qual a reconhecemos atualmente. Penso que essas experiências fundamentais com outras escalas e questões disciplinares, ainda dependentes da sociologia, da economia e da geografia, prepararam-lhe o campo conceitual e de debates os quais se definiria a seguir, na década de 1970, em que poderia convergir toda uma experiência pessoal, a uma nova fase definida por sua participação crescente no ensino. A atividade acadêmica no período subsequente lhe possibilitou um rico laboratório de investigação dessas condições da cultura, da paisagem, da racionalização do plano e do projeto²⁰.

É nítida a partir daí a ênfase na formação e na pesquisa, absorvendo toda sua preocupação e sua motivação. É necessário reconhecer, nesse âmbito, duas frentes diversas para sua produção textual. Uma primeira dimensão decorre de sua atividade acadêmica ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, constituindo-se de documentos apresentados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para titulação, decorrentes de pesquisas e atividades acadêmicas (MAGNOLI, 1972, 1982, 1985, 1987a). Não nos foi possível, no momento, levantar eventuais relatórios de pesquisas, o que seguramente trará contribuições as quais ficaram olvidadas pela pouca difusão a qual essa produção tradicionalmente tem recebido. Uma segunda dimensão dessa produção é encontrada a partir dos anos 1980 em suas publicações em revistas acadêmicas (MAGNOLI, 1981, 1994a, 1994b, 1994c, 1987b) e decorrentes de sua participação em seminários, estes sobretudo a partir dos anos 1990 (MAGNOLI, 1994a, 1990, 1996a, 1996b, 2004).

Miranda inicia seu doutorado com um capítulo no qual coloca a extensão do conhecimento ecológico, derivando daí para a problemática urbana e, tomando McHarg como referência fundamental, tece críticas contundentes ao autor²¹, considerando suas postulações primárias

*“a parcialidade e unicidade de argumentação é flagrante”, MAGNOLI, 1972, p. 11)*²². Visto a distância o capítulo fornece um interessante registro da incorporação pioneira que faz da vertente “bioecológica” na Faculdade de Arquitetura, e dos impasses que isso representava.

A comunicação, temática comum a Waldemar Cordeiro, também comparecia na crítica a McHargh, ao observar que revelava *“total desprezo pelas abordagens analíticas das teorias da percepção e dos conhecimentos da psicologia”* (MAGNOLI, 1972, p. 11, veja-se também o último parágrafo na página 37). Esse aspecto ganhava relevância entre os arquitetos a partir dos anos 1960, como exemplificam os trabalhos de Kevin Lynch, Christopher Alexander, Amos Rapoport, Yi Fu Tuan, Vittorio Gregotti²³.

De certa forma, ao postular a relevância dos conhecimentos ecossistêmicos, questiona seu determinismo sobre os processos de urbanização e, ao criticar as bases do planejamento urbano corrente, demanda que *“maiores conhecimentos apoiados em uma metodologia científica deverão apoiar o processo criativo”* (MAGNOLI, 1972, p. 43). Consideramos essa posição de grande impacto na constituição da área Paisagem e Ambiente e em sua estratégia de ensino subsequente, no contexto do Departamento de Projeto da FAU. Basicamente, convém destacar a importância dada aos procedimentos e métodos racionais os quais aproximam a sequência Paisagem e Ambiente de uma fundamentação sistêmica e uma metodologia racional de intervenção. Essa abordagem decorre de enfrentar escalas de planejamento, embora voltada mais para o enfrentamento do desenho do espaço do que das políticas públicas que deveriam orientá-lo²⁴. Ao mesmo tempo, há um entendimento do projeto como uma atividade racional, ou seja, não apenas criação artística, mas decorrente de procedimentos sistemáticos perante a análise e proposição do espaço. O “*desígnio*” não decorre, assim, apenas de um desenho de autor, o qual revela o caminho a si mesmo, mas de embates sistemáticos com conceitos e o programa que fazem o desenho decorrer também de um método passível de ser sistematizado e investigado.

O Conceito de Paisagem: Sistema, Forma e Cultura – Uma Discussão a Ser Aprofundada

Deve-se observar que o termo paisagem não é utilizado em seu doutorado; entretanto, em sua tese de livre-docência (MAGNOLI, 1982), concluída portanto uma década depois, o capítulo 1 é destinado a “Aspectos da paisagem”, cuja preocupação central é definir um quadro histórico das questões as quais mais diretamente parecem interessar aos arquitetos. Outro aspecto importante é o de a definição de paisagem não ser buscada em um corte apenas contemporâneo, o que esbarra na não-incorporação de um modo eficaz dessa temática nos programas de história, decorrentes da departamentalização da reforma universitária. Sua ênfase na necessidade de uma perspectiva histórica, que entende, deveria ser subsidiada pelo departamento correspondente, leva-a a estabelecer alguns desses percursos. Embora o texto trabalhe com a abordagem histórica com algumas dificuldades, é da maior importância o reconhecimento que é fundamental para a paisagem e o projeto. Embora esse aspecto não tenha sido prioritário, e claramente subordinado às urgências do presente dado pela escala metropolitana atual, parece a mim que uma teoria da paisagem sem um subsídio histórico correria um risco de naturalização e objetivação metodológica descolada da complexidade representada por esse campo. O aspecto é percebido em seus trabalhos, mas não é desenvolvido pela urgência das prioridades adotadas²⁵.

A mudança de enfoque, nessa fase, ainda mantendo como foco os espaços livres, pode ser percebida pelos títulos desses trabalhos: “Contribuição ao estudo dos **espaços de uso público** nos grandes aglomerados urbanos” (1972) e “Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da **paisagem** metropolitana” (1982); ênfase nossa. É notável a segurança, a complexidade e desenvoltura lograda na reflexão teórica no tempo decorrido entre esses dois trabalhos. O capítulo 2 – “O espaço livre, objeto de trabalho” subdividiu-se em duas partes, sendo a primeira “Intervenção e presença do homem na paisagem”, na qual postula que “A morfologia

da paisagem é resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais (antrópico)” (MAGNOLI, 1982, p. 47). Tal definição²⁶ passou a ser adotada desde então em muitos dos trabalhos da área, com algumas nuances. Basicamente, estabelece uma polarização para a qual busca a síntese, entre natureza e sociedade, de cuja interação decorreria a paisagem, ou a fisionomia, como definem os geógrafos. Observa: “A lógica própria dos processos do homem se apresenta por expressões físicas (parcelamentos, escavações, plantações, construções, edificações etc.) em expressões físicas que apresentam a lógica dos processos do suporte (geologia e clima, solo, relevo, vegetação e sol, água e ventos)” (MAGNOLI, 1982, p. 48).

Essa lógica que define a configuração da paisagem, também define o meio ambiente, de modo que passa a haver uma notável convergência desses dois conceitos²⁷. Em um artigo de 1987, *Ambiente, espaço, paisagem* (MAGNOLI, 1994b), resumiria essa idéia: “Entendo o meio ambiente humano como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo este suporte, esta base, de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual. Este suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá se sintetizar a concepção de ambiente como a interação da sociedade com suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada ‘natural’ ou construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas da interação social com suporte temos denominado PAISAGENS.” (MAGNOLI, 1994b, p. 60). As sobreposições decorrem de reconhecer esses problemas como culturais e o espaço como social. Assim, a definição de paisagem oferecida é tanto forma, aparência, quanto expressão de interações entre sociedade e natureza. Paisagem e ambiente não podem, nesse sentido, ser plenamente, cabalmente distintos, mas decorrem imbricados. Seguramente isso representa uma dificuldade para uma sistematização e explanação lógica (questão ainda pouco estudada pelos pesquisadores da área), por outro lado, é exatamente decorrência de um reconhecimento indispensável de operações de síntese que estariam na natureza desses fenômenos.

Sua incorporação pioneira da ecologia ocorre no quadro dessa discussão, que é conceitual. Como observamos, já ocorre enfaticamente em sua tese de doutoramento (MAGNOLI, 1972, capítulo 1), acompanhada de uma crítica também contundente sobre seu rebatimento direto nas questões a serem enfrentadas pela arquitetura, como em sua crítica naquele trabalho a uma certa transposição que considera inconsistente em Ian McHargh. No artigo *Ambiente, espaço e paisagem* (MAGNOLI, 1994b), pondera sobre o papel da ecologia para o pensamento e ação contemporâneos no ambiente. Estabelecendo uma relação entre as transformações decorrentes da Revolução Industrial e suas conseqüências sobre os ecossistemas, entende que a ecologia “se faz indispensável em uma série de questões fundamentais e urgentes na sociedade” (MAGNOLI, 1994b, p. 63). Mas ressalva que “ecologia e meio ambiente humano não se confundem, não são sinônimos”: “A mediação entre um subsistema e o sistema global (o todo e a parte) não se pode explicar somente com os conceitos, métodos e instrumentos da biologia. Essa mediação é social” (MAGNOLI, 1994b, p. 63). Razão pela qual já criticava a exclusão do homem por uma visão ecossistêmica aplicada ao território, como uma ação regressiva, tocando em uma questão ainda central naquele momento: “Esse tipo de preservacionismo, adotado de forma ampla, antes de mais nada congela a brecha entre desenvolvimento e subdesenvolvimento” (MAGNOLI, 1994b, p. 63)²⁸. Daí a necessidade de análises sobre as vinculações entre “sistemas ecológicos” e “sistemas sociais”.

Retomando a questão de sua concepção operativa da paisagem, em nosso entender, a questão cultural, embora reconhecida e mencionada, comparece de forma coadjuvante em sua conceitualização de paisagem, pois a questão central se coloca entre estruturas sociais e processos naturais. Na prática, sua atenção às escalas²⁹, entretanto, aproxima-a das escalas do cotidiano, essenciais

a qualquer abordagem projetual do espaço livre e abre campo, então, para uma investigação de aspectos culturais: *“São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão. São esses os lugares que ele se apercebe, em que ele se identifica, em que ele exerce sua socialização”* e, em função disso, reconhece uma pauta que está hoje na ordem do dia: *“E, é também nelas [as paisagens no cotidiano] e por intermédio delas que se poderá facilitar o avanço da autonomia dos grupos sociais na decisão e controle dos processos de desenvolvimento”* (MAGNOLI, 1994b, p. 64).

Embora entenda que os aspectos culturais não foram determinantes de sua conceituação de paisagem (mesmo identificados), foram determinantes de todo seu programa de investigação. Em parte, por conta de uma visão humanista que concebe o espaço para o homem e, portanto, percebe muito cedo a importância do cotidiano. Em parte, porque toda sua reflexão e programa derivavam de uma discussão da sociedade que era, sim, cultural, advindo daí as prioridades e questões a serem enfrentadas, ficando particularmente explicitado em Magnoli, 1994a.

Os artigos publicados nos Enepeas referem-se a conferências para as quais foi convidada a proferir nesses encontros, mostrando um reconhecimento por sua contribuição pioneira e contínua nessa área de ensino. Os textos demonstram a necessidade de uma compreensão política da pesquisa para atuação no espaço público, procurando articular um número bastante grande de questões. Suas conferências são, assim, convites à reflexão. A temática recorrente refere-se à necessidade de apresentar, a convite das comissões organizadoras, a constituição da área de pesquisa na FAUUSP, oportunidade em que ensaia diversos arranjos temáticos e conceituais para relacionar as pesquisas e suas contribuições. Na mesma direção vão os artigos publicados nas revistas da FAUUSP (MAGNOLI, 1981, 1994a, 1994b, 1994c, 1987b, 1996b, 2004), embora nem todos apresentem as pesquisas a que seu programa deu origem, ainda assim se concentram na explicitação problematizante desse programa de trabalho. Em todos esses casos vão sendo implicados conceitos sobre paisagem, interações disciplinares, interações escalares para entendimento e intervenção, em quadros que interpretam o papel dos espaços livres, em especial de uso público, e as condições sociais, políticas, institucionais e culturais nas quais se deve traçar um programa de investigação como base para uma ação transformadora.

Particularmente feliz, nesse sentido, parece-me o artigo Paisagem, Pesquisa sobre o Desenho do Espaço (MAGNOLI, 1994a). É como se nesse artigo não só apresentasse seu programa de pesquisa e pesquisadores implicados, mas como se fosse este mesmo o modelo para vários outros que se seguiram sobre esse tema³⁰, aprofundando aqui e ali pontos aí lançados, atualizando questões, agregando novas pesquisas e problemáticas as quais se vão assim definindo. Para além de ser ou não um artigo fundador no sentido acima, devemos chamar a atenção para um dos aspectos que mais me marcou nos escritos de Miranda (além da proposição que faz a partir de William Morris), encontrado neste artigo, no trecho que elegi para finalizar este trabalho.

Qual a Paisagem que Sentimos?

Este meu artigo sobre a produção textual de Miranda Magnoli é um primeiro passo, em que se testam pistas e hipóteses para aprofundamento. Deve-se notar que não foi possível consultar o acervo pessoal de Miranda nem relatórios de pesquisa, o que, aliado a depoimentos seus (o que não era possível para esta publicação, que deveria ser realizada sem seu conhecimento prévio), e de pessoas as quais com ela conviveram esses percursos trariam uma compreensão mais segura e inclusiva. Sobretudo, pelo debate desse texto com a professora, poderá apreender-se melhor a complexidade de sua produção e das idéias que a mobilizaram. Ainda assim, era necessária uma primeira sistematização, mesmo embrionária, a qual possibilitasse um desenvolvimento que permanece por realizar.

Por ora, foi-nos possível apresentar essa primeira aproximação, ainda muito preliminar. Assim, meu trabalho aqui poderia, quiçá, ter o papel de despertar a necessidade de uma resposta na

forma de organização e revisão de seus escritos pela própria autora, destacando as relevâncias, as revisões, as afirmações, as complementações de lacunas. O que não impede de encontrarmos em seu trabalho outras tantas contribuições, e a leitura a qual formulo aqui seguramente não está isenta do modo como apreendi e interessei-me por sua produção. É que o processo de dúvida sistemática imposta pode nos permitir entrever, quando ainda não formulado; pode nos estimular a perceber, quando ainda não sabido. Apesar de não estar em minha possibilidade, neste momento, uma problematização mais aprofundada de seus escritos, foi intenção contribuir para que isso possa ocorrer, ao levantar um percurso para uma organização que faça sentido no conjunto. Tal foi a razão de minha escolha de tratar de seus textos nesta publicação, imaginando poder homenageá-la reconhecendo sua contribuição em um dos pontos em que Miranda é mais rigorosa consigo mesma, sua escritura. Como, imagino, tenha sido possível ao leitor perceber, registram idéias, conceitos, inquietações e problematizações os quais marcam algumas gerações de pesquisadores.

Não seria coerente, e não apenas por ser uma primeira aproximação, terminar um artigo sobre os escritos de Miranda Martinelli Magnoli com uma conclusão. Ainda mais para alguém que tão insistentemente se colocou a dúvida como mais segura que as certezas aparentes: *“Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas?”*. O que me levou, no início deste artigo, a ponderar que sua produção deve permanecer aberta, em um contínuo refazer para permanecer coerente.

Quais questões devemos colocar daqui para frente? Como avaliar as transformações no longo tempo de três décadas e meia decorridas desde que se implantou esse programa de pesquisa, nas quais as condições políticas, os ideários, as incertezas, as formas de sociabilidade, as relações entre o lugar e o global, o sentido da “condição humana”, a própria idéia de natureza, o uso do tempo livre, cambiaram de forma tão radical e tão difícil de ser avaliada, por quem ainda se encontra imerso no rebuliço de transformações? Como construir uma perspectiva de investigação em um mundo de tão intensas transformações, de modo a contribuir para construir essa herança humana e natural que recebemos e devemos deixar a nossos filhos? Quais bandeiras são dignas de serem levantadas em um mundo governado por ambições e intrigas como forma natural de poder e de inteligência? Quais questões devem nortear a construção de problemas que mereçam a plenitude do sentido e da urgência humana, de algo que possa merecer então o nome de investigação? Qual a dimensão humana, e quais são as formas de lidar com as heranças recebidas, que representam uma contribuição efetiva a essas gerações que por tão curto período se encontram em um longo presente? Qual a dimensão humana e as formas de lidar com as heranças que transformamos, necessárias à paisagem contemporânea? O que aprender hoje, de um pequeno trecho como esse:

“A análise em 1974 do que deveriam ser os conteúdos de ensino, nos levou a uma revisão dos fundamentos em que se baseava a disciplina até então. E, a procura de um novo enquadramento teórico se colocou como essencial: as mudanças fundamentais nas diretrizes mundiais após a segunda guerra, os rearranjos nas relações entre os povos, o progresso do conhecimento científico, as possibilidades tecnológicas, transformavam as bases materiais da vida em escala e tempo antes inconcebível. Essas mudanças agiam de forma complexa, em todos os níveis, em articulações e combinações que levavam questões consideradas periféricas a uma posição central: novos territórios seriam ocupados para utilização de recursos ou para garantia de poder futuro sobre os recursos, novas tecnologias de comunicação contribuíram fortemente para alterar, mais do que as distancias ente os espaços, os tempos entre as idéias e os espaços. Os padrões de comportamento se alteravam; as noções de grupo e de comunidade estimulavam o deslocamento

da preocupação com o indivíduo para os problemas com a natureza: a harmonização dessas relações teria como requisito o desafio da relação do homem com o homem, a aceitação dos conflitos inerentes a essa relação de grupos, comunidades, sociedades; o respeito ao homem sem coisificá-lo, sem reduzi-lo a uma categoria da economia. Esta deveria ser meio, ao invés de finalidade. Os objetivos de desenvolvimento seriam questionados. Essa era a paisagem do homem que sentíamos. Essa paisagem nos encontrava totalmente a descoberto, exigindo estudos, reflexões, co-participação de aptidões, contribuições multi e interdisciplinares muitas e urgentes.” MAGNOLI, 1994a, p. 19.

Notas

- (1) Citado por Magnoli (1987a:01), no italiano, a partir de verbete de Leonardo Benevolo na *Enciclopedia del Novecento*, v. I (1976) e em português em Magnoli, 1994a (entre outros).
- (2) Neste artigo, mantendo a referência bibliográfica habitual pelo sobrenome, permitirei-me referir-me à professora apenas por Miranda, como usualmente fazemos.
- (3) Ao nos referirmos ao arquiteto, temos sempre em mente o arquiteto e urbanista como é formado esse profissional no Brasil, em sua atuação em projeto, planejamento e — um campo ainda pouco percebido entre nós — gestão do espaço em suas várias escalas e possibilidades temáticas.
- (4) Referindo-se a William Morris: “O movimento que se denominou Arquitetura Moderna se iniciou com essa definição que ficou famosa. Esse entendimento do conceito de arquitetura enfoca a capacidade de transformação legitimando uma multiplicidade de formas e níveis de intervenção, de caracteres muito diferentes” MAGNOLI, 2004, p. 2.
- (5) “A definição mais freqüente [de arquitetura] veiculada para e por Le Corbusier foi: ‘Arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz’, 1920. A expressão arquitetura é, até hoje, predominantemente usada para se referir ao edifício; é assim constatável na maioria dos textos e nas referências mais habituais.” MAGNOLI, 2004, p. 2. Nesse artigo, Miranda opunha de modo muito oportuno essa definição clássica àquela de William Morris.
- (6) SANDEVILLE JR., 1999, 2006, no prelo, SANDEVILLE JR. e HIJIOKA, 2006, inédito.
- (7) Para Stroeter (1986:24) “as tentativas de definição de arquitetura freqüentemente incluem o que seria a essência de uma teoria”. Já vimos a relevância dessa abordagem, quando Miranda deriva de um extrato de William Morris elevado à condição de definição todo um programa de trabalho, de largo alcance e contribuição. As dificuldades para uma formulação teórica na área da arquitetura e urbanismo, na qual se insere o enfoque de paisagem e ambiente proposto, são bem conhecidas (HUNT, 1999, p. 6; AMARAL, 1996). “But landscape architecture, spreading itself across a wonderfully wide range of human territories, seems doomed to loose its sense of coherence(s), of shared energies. One cause of this — or is it an effect? — is the failure to attend to any conceptual concerns. The dread of what is called ‘theory’, at least in United States, is striking (there are, of course, no theories in the scientific sense of that term in landscape architecture; but even the old meaning of theory as contemplation seems to provoke alarm)”. Hunt (XXX:6) reconhece não haver, na arquitetura da paisagem, uma teoria no sentido científico do termo. Também Miranda observa essa dificuldade: “É também importante lembrar, para melhor compreender os primeiros 20 anos da disciplina em São Paulo, o viés americano profundamente integrado e bastante difuso do learning by doing. Uma menor propensão à teorização que, mesmo quando introduzida, logo sucumbe ao aprofundamento dos aspectos aplicativos. A maior parte das contribuições é, predominantemente, uma coleta de experiências de projetos raramente elaboradas enquanto teoria”, MAGNOLI e MACEDO, 2000, p. 133. De fato, em arquitetura, a teoria é a construção de um pensamento que possa transformar a realidade, para que seja operante, o que não implica, em nossa opinião, na demissão teórica (DEMO, 2004, p. 25). Daí a preocupação constante de Miranda em superar a dicotomia tão estereotipada entre teoria e prática, entre quem sabe e quem faz, arraigada no empirismo utilitário estadunidense apontado acima e no pragmatismo lúdico da cultura brasileira.
- (8) Em português, a palavra teoria (CUNHA, 1982, p. 764) significa conhecimento especulativo, meramente racional, conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou ciência, noções, princípios. O que seria muito diferente de teorema, proposição que para ser admitida ou se tornar evidente necessita de demonstração.
- (9) Quadro de referência era o que se buscava, portanto o horizonte era teórico. No caminho dessa teoria, uma das dificuldades primeiras está em que claramente se constituiu, no século passado, um campo de atuação profissional e de investigação — paisagem e ambiente. Cumpria dar conta desse campo emergente. E aqui, por mais que se queiram manter exemplos de relação com a arquitetura do edifício, as questões ultrapassam em muito a relação do edifício com a paisagem ou mesmo uma arquitetura urbana, ao exigir a contribuição de conceitos que não estavam até então inseridos no pensamento arquitetônico tradicional, e eram e são ainda vistos como uma outra coisa, não raro complementar. Entre essas dimensões a serem entendidas e exploradas estava a noção recorrente nos escritos dos anos 1980 de *Meio Ambiente Humano*, reconhecendo e trazendo em uma perspectiva crítica (no que foi pioneira) a contribuição da ecologia, claramente distinguindo a problemática a ser enfrentada do objeto e dos meios daquela ciência. Outra dificuldade é que estamos ainda muito longe de conceitos. Não me refiro a definições, tão caras à constituição de um corpo de conhecimento científico, por duvidar delas em nosso caso. O que

- me parece ser uma das razões porque as definições as quais foram sendo tentadas rapidamente vão mostrando sua limitação. Entendo ser um campo de interfaces disciplinares e interdisciplinares o que nos ocupa, dificultando a adoção e a construção de conceitos. Penso que nos movemos ainda longe destes, em uma conceituação desse campo e de suas práticas. Dentre todos, o termo paisagem evidencia de modo notável essas dificuldades (SANDEVILLE JR, 2006, no prelo).
- (10) Entendida aqui como a macrometrópole (ou depois, como se preferiu em certos meios técnicos, metrópole expandida, termo que, entretanto, julgo mais problemático), chegando a escalas pontuais de bairro e de rua tanto quanto escalas regionais.
  - (11) Seguramente, a referência que faz a William Morris é também uma apropriação de um fragmento desse autor, içado à condição de fundamento de um programa de ação, como fica claro em sua utilização na abertura de seu memorial para concurso de professor titular: *“É por esta definição de arquitetura que pautei minha atividade profissional. Essa atividade incorpora, solidária e integradamente, participação em planos e projetos e a contribuição como educadora na Universidade de São Paulo. Por essa definição ampla, abrangente de arquitetura e, por essa compreensão agregada, acrescida, maior, de atividade profissional, sou levada a me exigir um contínuo questionamento para distinguir e optar entre o que é valioso e relevante para os propósitos de formação humana, dentro do campo específico da arquitetura.”* MAGNOLI, 1987a, p. 1.
  - (12) Para uma apreciação das pesquisas que orientou veja o artigo de Fany Galender, nesta publicação. Considere-se que esses pesquisadores são, em sua maioria, professores e muitos hoje são também orientadores.
  - (13) Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo (em 2006 está se realizando em São Paulo o VIII Enepea).
  - (14) Seus jogos de poder internamente à instituição universitária, refletindo freqüentemente disputas políticas abertas na sociedade, não permitem ingenuidades quanto a isso nem ao novato.
  - (15) Onde Abelardo de Souza construiu também escola e a rodoviária.
  - (16) *“De 1956 a 1965, trabalho com Abelardo de Souza em projetos de edifícios, e com Roberto Coelho Cardozo, até 1960 em paisagismo”.* MAGNOLI, 1987, p. 4. É interessante sua visão do período que Miranda define como indo de 1956 a 1967, portanto bastante próximo do que aqui reconhecemos: *“O período da Faculdade, de 1951 a 1955 representa na minha limitada e então temerosa percepção do mundo, um lampejo no clarão que cada um procura em seus instrumentos de compreensão da vida-processo, movimento, tempo. (...) De 1956 a 1967 a diversidade de atuações em facetas da arquitetura me apoiaram para uma formação ampla, abrangente. Do desafio que está nas generalidades, ao se pretender abarcar essas abrangências, decorre o intenso trabalhar, refletir, assumir responsabilidades, na profissão e no todo da vida. E daí, só posso lamentar minhas próprias limitações e, para estas, me exigir comportamentos mais rigorosos e densos”.* MAGNOLI, 1987, p. 4.
  - (17) Também os de Cardozo não o são, no geral, mas se pode confrontar com os de Waldemar Cordeiro, que a par de apresentações de projeto, ocupou-se de publicar textos os quais defendiam proposições sobre o projeto e o planejamento paisagístico (SANDEVILLE JR., 1993).
  - (18) Esses trabalhos, entretanto, são analisados no artigo de Vladimir Bartolini, que integra a presente edição da *Paisagem e Ambiente – Ensaios*.
  - (19) CORDEIRO, Waldemar. Conceituação do paisagismo enquanto comunicação e arte. In: Waldemar Cordeiro, *uma aventura da razão*. São Paulo: MAC-USP, 1986. CORDEIRO, Waldemar. Uma nova variável para o modelo de organização territorial: A evolução dos meios eletrônicos de comunicação. In: Waldemar Cordeiro, *uma aventura da razão*. São Paulo: MAC-USP, 1986, p. 161-165.
  - (20) Assim resume Miranda as transformações: *“A evolução do ensino de paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP se processara de 1952 a 1972 de uma forma estática, centrada nos aspectos do espaço residual das edificações ou da malha viária; a prática técnica com seu mercado de trabalho era o elemento fundamental que alimentava o ensino das Faculdades. Apesar das transformações pelas quais passava a Universidade, as cidades, o país, a organização mundial, os conflitos dessa prática não abalaram estruturalmente o edifício de ensino. O próprio laboratório básico, a cidade de São Paulo, se transformava intensamente nesse período, estabelecia sua função metropolitana e se articulava para a reorganização especial no âmbito do país, materializada, territorial, urbanística e arquitetonicamente pela implantação de Brasília. Reprodução ampliada do que se fizera nos primeiros anos de ensino era o que se podia notar no ensino do paisagismo, apesar desses vinte específicos anos de enormes e profundas transformações. Mudança incidental ocorreu em 1973 com alterações institucionais na área de paisagismo devido ao esvaziamento docente decorrente nos últimos anos: já tinha deixado de existir face às crises diversas. (...) Os procedimentos didáticos dos primeiros vinte anos de FAU deveriam ser revistos, não era simplesmente o número de estudantes que exigia revisão, era também a constatação que não era aqueles conteúdos e métodos que nos serviam. Sempre se falara nos processos, na formação de consciência crítica como objeto e meta em geral; era, porém bastante questionável em que medida essa perspectiva vinha sendo realmente atingida ou em que medida os conteúdos e métodos em voga tinham possibilidades ou mesmo diretrizes para atingi-las.”* (MAGNOLI, 1994a, p. 18).
  - (21) *“Ora, a partir de um enfoque do qual trouxemos um apanhado rudimentar das noções biológicas e físicas em que se pretende somente a percepção do mundo e da evolução como um processo criativo, McHargh tira conclusões no*

- plano das reações adaptativas que não podem ser, de forma alguma, rebatidas com o determinismo primário que se lhes quer auferir, com o alheamento total de conceituações sócio-econômicas.*" MAGNOLI, 1972, p. 11. Essa crítica pode surpreender, dada a importância desse autor, inclusive para métodos de trabalho no grupo Paisagem e Ambiente da FAU. Entendo que não se trata de não-reconhecimento do autor, mas de algumas de suas transposições, que considera biologizantes ou sem uma relação mais atenta entre fundamentação e argumentação.
- (22) A seguir, apresenta alguns capítulos sucintos sobre funções ambientais da vegetação em relação a ruídos, poluição, microclima, água, baseados em dados de estudos técnicos disponíveis. Discute, então, a precariedade de estudos sobre qualidade de vida no meio ambiente urbano e a carência de espaços livres públicos no processo de urbanização, questionando o papel do planejador urbano: "*A afirmação da importância da análise dos valores do ambiente, entendidos especificamente como valores de comunicação, apesar de manterem uma análise de tipo funcional, deslocam bastante as diretrizes do interesse que é uma característica da atividade do planejador: a importância de um elemento espacial não depende simplesmente de sua localização, de sua função específica e de sua relação com a infra-estrutura e outras zonas de funções diversas, mas também de um elemento típico do contexto cultural, que conceituamos como 'possibilidades de comunicação', com os estímulos, os símbolos e valores estéticos próprios. Fica muito ampliado o conceito de valor intrínseco que se atribui a uma implantação espacial: à definição locacional e funcional acrescem-se, não como simples somatória, suas possibilidades de percepção e comunicação*". MAGNOLI, 1972, p. 36.
  - (23) LYNCH, K. *A imagem da cidade* (1960). São Paulo: Martins Fontes, 1982. ALEXANDER, Christopher. *Un language de patrones*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. RAPOPORT, A. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, Colección Arquitectura, Perspectiva, 1978. TUAN, Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. GREGOTTI, V. *Nuevos caminos de la arquitectura italiana*. Barcelona: Editorial Blumme, 1969.
  - (24) Só recentemente esses últimos aspectos começam a ser vistos em sua especificidade, em relação à configuração e estruturação do espaço, embora sempre se tenha entendido a paisagem como interação entre natureza e sociedade.
  - (25) Para uma revisão dos estudos históricos na área Paisagem e Ambiente, veja-se SANDEVILLE JR., 2004.
  - (26) Ainda que essa seja a diretriz geral de uma definição da paisagem estabelecida no grupo Paisagem e Ambiente, mais do que uma definição parece-me que buscava um programa de investigação na qual fosse operativo para o arquiteto, daí sua ênfase no suporte e nos processos sociais, como essenciais à forma, sobre a qual atua o arquiteto. Particularmente, devedor absoluto desses avanços no contexto do ensino então corrente de arquitetura, que ainda formulava com dificuldade e estranhamento, até muito recentemente, a questão ambiental, sinto que escapa a essa definição uma dimensão estética e existencial, vivencial, a ser incluída (SANDEVILLE JR., 2006, no prelo). No entanto, tem o enorme mérito de afastar uma paisagem meramente descritiva de formas e funções, ao entendê-la como um fato social que ocorre em um espaço natural transformado pelo trabalho (entendo assim o princípio postulado), sem o qual seria impossível colocar essa dimensão mais subjetiva do processo de conhecimento, bem como a cultura como uma instância definidora da paisagem. O que significa dizer que sua integração das questões sociais em grandes planos e em múltiplas escalas põe em evidência a cultura, abrindo a possibilidade de aprofundamentos posteriores.
  - (27) "*A expressão 'paisagem' nesses anos, passava a manifestar-se com significados amplos, complexos, porém bastante vagos, indistintos, incompletos; premissas comuns eram a 'natureza' e a censura à ação do homem. A percepção das mudanças naturais – de tempos biológicos – e também aquelas rápidas, extensas e difusas do trabalho do homem – de tempos históricos – levantava novamente a relação homem-natureza. Seria esta relação com todos os apelos e juízos – imprecisos, indefinidos – que seria associada à palavra 'paisagem'.*" (MAGNOLI; MACEDO, 2000, p. 132-133)
  - (28) No momento exato em que essa crítica se fazia contundente nos meios preservacionistas, estabelecendo uma discussão da exclusão de sociedades tradicionais das áreas de preservação.
  - (29) No mesmo trecho que estamos citando a seguir, fragmentado para nossa exposição: "*As transformações se dão por FORMAS no espaço, criando paisagens que assumem consistência, significado, quando compreendidas as inter-relações mais abrangentes. Estas conduzem a implicações de desenho (diseño, projeto), sem o que os tratamentos paisagísticos não passarão de irônicos cosméticos. São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão*" (MAGNOLI, 1994b, p. 64). Nos trabalhos de Miranda, a paisagem se aproxima da escala do cotidiano tanto quanto em outros momentos é vista em escalas regionais e, subsidiariamente, globais. Não há nisso qualquer contradição. Ao contrário, enorme coerência decorre da percepção das interações entre escalas de compreensão e ação que perpassa todo seu projeto de pesquisa e, portanto, a formação de seus orientados, e que entendo, caminha na direção de superar as postulações de natureza hierárquica a qual geralmente definem o reconhecimento dessas interações. Confira-se também a nota 26.
  - (30) Embora devamos identificar um anterior, de 1981.

Bibliografia

AMARAL, Aracy. Três palavras. In: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CUNHA, A. G. de. *Dicionário etimológico. Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante. Saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI, versão final*. São Paulo: GEGRAN, 1970.

HUNT, Dixon. Preface. In: WEILACHER, Udo. *Between landscape architecture and land art*. Basel: Berlim: Boston: Birkhäuser, 1999.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Áreas verdes de recreação*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1969a.

_____. *Áreas verdes de recreação. Acrópole*, São Paulo, n. 361, p. 34-8, maio 1969b.

MAGNOLI, Miranda Martinelli; MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo: Ensino e pesquisa em pós-graduação. *Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP*, São Paulo: FAUUSP, n. 8, dez. 2000.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987b.

_____. Ambiente, espaço, paisagem. *Paisagem e Ambiente – Ensaios I*. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, 1994b.

_____. Aproveitamento da Foz de Chopin, São Paulo. Projeto de Abelardo de Souza, arq. e paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 81, p. 15-20, jan./fev. 1965.

_____. Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 76, p. 57-64, mar./abr. 1964.

_____. *Contribuição ao estudo dos espaços de uso público nos grandes aglomerados urbanos*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e pesquisa*, São Paulo: FAUUSP, 1981.

_____. Formação de quadros para o ensino e pesquisa. In: III ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1996, São Carlos. *Cadernos de resumos...* São Carlos: EESC, 25 a 28 de outubro de 1996b.

_____. *Memorial de titulação*. São Paulo: FAUUSP, 1987a.

_____. *Memorial. Concurso à função de professor adjunto*. São Paulo: FAUUSP, 1985.

_____. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. In: II ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade São Marcos, 1996a, p. 13-18.

_____. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente – Ensaios I*. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, n. 1, 1994a.

_____. Pesquisas em paisagem e ambiente. In: VII ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 2004, Belo Horizonte-MG, *Anais...* Belo Horizonte. 9 a 12 de junho de 2004.

_____. Recursos Humanos e Meio Ambiente. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. 2. ed. São Paulo: FAUUSP, (1987) 1994c.

_____. Relato Grupo I. Interdisciplinaridade na pesquisa em arquitetura e urbanismo. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1990, São Paulo, *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 1990, p. 233-243.

SANDEVILLE JR., Euler. *A herança da paisagem*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; HIJIOKA, Akemi. *Flores da cerejeira e da paineira (paisagens)*. Inédito (submetido à aprovação ao VIII ENEPEA, 2006).

_____. Paisagem. Paisagem e Ambiente – *Ensaio*: São Paulo: FAUUSP, n. 20, p. 47-60, 2005.

_____. Por uma história, e por um projeto de diálogo sobre as histórias. In: VII ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. 2004, Belo Horizonte-MG, *Anais...* Belo Horizonte, 9 a 12 de junho de 2004.

STROETER, J. R. *Arquitetura & teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.